

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta

No dia 23/07/2024 (vinte e três de julho de dois mil e vinte e quatro) deu-se início à 7ª Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta. Na oportunidade, compuseram a mesa o(a) conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, coordenador(a) do GTT, e o(a) conselheiro(a) da Associação Artigo 19.

O(a) conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania cumprimentou os presentes e propôs a leitura e aprovação da agenda. Na sequência, solicitou que os presentes se apresentassem, sendo eles: conselheiro(a) do SAJU e do Ministério da Justiça e Segurança Pública; conselheiro(a) da coordenação-geral do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos; conselheiro(a) da Terra de Direitos; conselheiro(a) do Ministério do Desenvolvimento Agrário; conselheiro(a) do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; conselheiro(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública; conselheiro(a) do Movimento de Mulheres Camponesas; conselheiro(a) do MALUNGU; conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; conselheiro(a) do CFEMEA; conselheiro(a) da Secretaria Executiva do Ministério da Igualdade Racial; conselheiro(a) consultor(a) do GTT; conselheiro(a) consultor(a) do GTT; conselheiro(a) consultor(a) do GTT; conselheiro(a) da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos; conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; conselheiro(a) da Comissão Pastoral da Terra.

O(a) conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania reforçou a pauta enviada anteriormente por aplicativo de mensagens e destacou a ausência de ponto referente ao plano de trabalho. Mencionou projeto para o segundo semestre visando à conclusão dos trabalhos do GTT.

O cronograma de reuniões e audiências públicas do GTT Sales Pimenta inclui: 27 a 29 de agosto em Belém PA, 10 e 11 de setembro em Brasília DF, 08 e 09 de outubro em Brasília DF, 12 e 13 de novembro em Brasília DF, 03 e 04 de dezembro em Brasília DF, com encerramento das atividades.

O(a) conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania destacou que a portaria que renovou o GTT tem vigência até 10 de dezembro de 2024. Informou ainda que a Portaria nº 622 de 2024 prorrogou o grupo técnico até 10 de dezembro de 2024, bem como a Portaria nº 624 tratou de substituições no GTT.

Foi comunicado que a Secretaria-Geral da Presidência abriria abas no campo de órgãos colegiados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, permitindo acesso também pelo portal Participa Mais Brasil. As atas e pautas das reuniões seriam disponibilizadas após aprovação e publicação.

O(a) conselheiro(a) do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos informou que os documentos ainda não haviam sido publicados em razão de ajustes pendentes, mas que seriam disponibilizados em breve.

O(a) conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania determinou que, a partir da semana seguinte, todas as atas e documentos produzidos pelo GTT seriam disponibilizados. Informou ainda sobre portarias pendentes de publicação e sobre tratativas com a Procuradoria-Geral da República.

Foram debatidos detalhes da audiência pública marcada para 24 de julho de 2024, às 13h, bem como questões relativas à mobilização, divulgação, organização de blocos temáticos, inscrições e metodologia das falas.

Debateu-se a organização dos blocos temáticos, incluindo segurança pública, direitos sociais, comunicadores, população em situação de rua e defensores ambientais. Foram apresentadas propostas de adoção de eixos organizacionais em substituição a blocos rígidos.

Houve manifestações acerca da criação de Câmara Técnica sobre segurança pública, com possível participação do Conselho Nacional de Justiça, Colégio Notarial do Brasil, Ministério Público e Poder Judiciário.

Foram discutidos temas relacionados à proteção coletiva, territorial, regularização fundiária, atuação do crime organizado no estado do Pará, fortalecimento institucional, articulação federativa, protocolos de segurança, saúde mental de defensores e fortalecimento da sociedade civil.

No dia 24/07/2024 realizou-se o segundo dia da 7ª reunião ordinária do GTT Sales Pimenta e a audiência pública. O(a) conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania reiterou que manifestações deveriam ser identificadas para registro adequado, mantendo-se o compromisso de não citar nomes em ata.

Foram debatidas metodologia do plano, diagnósticos produzidos pelas consultorias vinculadas ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e ao IEDES, além da necessidade de subgrupos temáticos.

Houve manifestações de representantes da sociedade civil, movimentos sociais, órgãos públicos e forças de segurança, incluindo representante da Força Nacional de Segurança Pública.

A audiência foi organizada em três blocos temáticos, com cinco minutos de fala por participante. Foram registradas falas relativas a segurança pública, violência policial, criminalização de defensores, população em situação de rua, déficit habitacional, proteção coletiva, atuação do crime organizado, intolerância religiosa, liberdade de imprensa e proteção a jornalistas.

Ao final, o(a) conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania agradeceu as contribuições, solicitou foco em propostas concretas para o

Plano Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e encerrou o primeiro dia da audiência pública, registrando que os debates subsidiariam a construção do plano de ação do GTT Sales Pimenta.

No dia 25 de julho de 2024, teve início o terceiro e último dia da 7ª Reunião Ordinária do GTT Sales Pimenta. A mesa foi composta pelo Sr. Igo Martini, coordenador do GTT e representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), pela Sra. Maria Tranjan, representante da Associação Artigo 19, e pela Sra. Andreia Silvério, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O Sr. Igo Martini cumprimentou os presentes, informou que aguardava a chegada de alguns participantes e solicitou relatos referentes às situações de Mato Grosso, Guaíra e Oeste do Paraná.

A Sra. Ana Raquel relatou que a situação no Estado de Mato Grosso permanecia delicada, marcada por informações contraditórias. Segundo informou, houve denúncias de ataques violentos contra indígenas, as quais teriam sido negadas pela polícia local, percebida como alinhada a interesses de fazendeiros. Comunicou que foi solicitada reunião com o Ministério Público, porém houve recomendação para que não comparecessem, diante da ausência de condições adequadas de segurança. Confirmou que o Sr. Igo Martini também recomendara o não comparecimento. Posteriormente, recebeu informações sobre a organização de fazendeiros em movimento contrário às comunidades indígenas. Apresentou registros fotográficos que demonstrariam a movimentação em frente ao local da reunião e nas proximidades de policiamento ostensivo, informando que as provas foram encaminhadas às autoridades competentes. Registrou, ainda, a atuação da Força Nacional, embora o cenário permanecesse tenso, com cerco promovido por fazendeiros na região.

Na sequência, a Sra. Luciene relatou a situação no Paraná, especialmente nos municípios de Terra Roxa e Guaíra. Apontou dificuldades envolvendo a atuação da segurança pública estadual e relatou episódios de incêndios em acampamentos indígenas, destruição de pertences e documentos, além de denúncias de sequestros de familiares de lideranças. Informou que a Força Nacional atuava em parceria, mas dependia de autorização da FUNAI para intervenções mais ostensivas, o que dificultava respostas imediatas. Acrescentou que decisão judicial teria restringido a atuação da FUNAI em determinados territórios, agravando o contexto de insegurança.

O Sr. Igo Martini agradeceu os relatos e destacou que ações do movimento denominado “Invasão Zero” ocorreram simultaneamente em três regiões, intensificando o cenário de tensão. Informou que o Paraná não dispunha de equipe efetiva estruturada e que estavam sendo realizadas reuniões com o Observatório dos Conflitos Agrários no Mato Grosso do Sul e no Paraná.

O Sr. Darci Frigo ressaltou a gravidade do contexto no Paraná, mencionando a ocorrência de assassinatos e a necessidade de respostas emergenciais articuladas politicamente. A Sra. Andreia Silvério destacou a situação do povo Guarani-Kaiowá, afirmando que o contexto de violência demandava resposta estatal mais efetiva, e informou que haveria reunião com o Ministério da Justiça.

Debateu-se a realização de audiência pública em Belém, com a defesa da ampliação das escutas e da presença de ministérios estratégicos. O Sr. Hilário Seabra enfatizou a necessidade de participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério da Justiça, especialmente diante de demandas relacionadas à proteção coletiva e territorial, incluindo a situação de 135 quilombolas no Pará.

Após deliberação, foram definidas as datas da missão a Belém para os dias 28, 29 e 30 de agosto de 2024, sem oposição do pleno. Tratou-se da logística de passagens, suplências e representações institucionais.

No tocante às audiências públicas já realizadas, foram registradas manifestações sobre a necessidade de maior divulgação prévia, ampliação do tempo de fala, fortalecimento do acolhimento individualizado e presença de representantes governamentais nas escutas. Destacou-se que muitas pessoas desconheciam a existência do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), indicando a necessidade de maior divulgação institucional.

Foram apresentadas sugestões metodológicas, incluindo sistematização das escutas, elaboração de materiais de comunicação acessíveis, definição clara do papel das consultorias, aprofundamento das discussões sobre segurança pública, justiça, educação em direitos humanos, saúde mental, proteção a jornalistas e enfrentamento de ataques virtuais.

O Sr. Darci Frigo lembrou que o prazo final para conclusão dos trabalhos seria 10 de dezembro, ressaltando a necessidade de cumprimento do cronograma. Debateram-se estratégias para organização interna, divisão de tarefas e consolidação do plano de trabalho.

O Sr. Igo Martini informou que as atas seriam consolidadas com supressão de nomes e posteriormente submetidas à aprovação e publicação. Comunicou ainda que o plano de trabalho previa três audiências online, a serem detalhadas oportunamente.

Ao final, foram confirmados os nomes dos participantes da missão a Belém, registradas pendências logísticas e definidas providências administrativas. O Sr. Igo Martini agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 7ª Reunião Ordinária do GTT Sales Pimenta, às 13h, concluindo o terceiro e último dia de atividades.